

Idade ANTIGA		Idade MÉDIA	Idade MODERNA				
428 a 348 a.C	384 a 322 a.C	401 a 1500	1588-1679	1632-1704	1712-1778	1724-1804	(1748- 1832) e (1806-1863)
Platão	Aristóteles		Hobbes	Locke	Rousseau	Kant	Bentham e Mill
Ética da Virtude centrada no indivíduo: quem eu quero me tornar? Política <-> epistemologia	Ética centrada na ideia da LEI MORAL = LEI DIVINA, Deus é a fonte do comportamento moral	Contrato social Leviathã	Contrato social Empirista (conhecimento) precursor do pensamento liberal	Contrato social	deontologia LEI MORAL é aquela que o sujeito, autonomamente, postula a si mesmo. Imperativo categórico – ação é universalizável.	Consequencialismo LEI MORAL é a aplicação de um cálculo, o cálculo da felicidade. Não existem ações de todo ruins.	

Hobbes (1588-1679) filho de um vigário, Hobbes pode ter acesso a educação devido a seu tio que possuía uma situação econômica confortável; sua educação lhe rendeu posições importantes, sendo tutor filhos de nobres e até o futuro rei Carlos II. Viveu na Inglaterra durante períodos conturbados, como as guerras civis de 1642-46 e 1648-51 que levaram a execução do rei Carlos I e (exílio de Carlos II) e a breve instalação de uma república parlamentarista na Grã-Bretanha → Hobbes apresentou uma visão da Guerra Civil em seu texto *Behemoth*.

Tensão entre parlamento e rei (elevação de taxas); tentativa de uma criação de um reino unido Inglaterra e Escócia (rei James da Escócia assume quando Elizabeth I morre); Inglaterra dividida politicamente parlamentaristas vs. monarquistas, desigualdade social crescente, bem como ideais politicamente radicais nascendo, diversidade e conflitos religiosos (catolicismo, anglicanismo, etc) questão da desigualdade especial e o medo de uma integração entre os reinos da Bretanha.

Medo de Hobbes acerca do caos social era justificado.

Fundamental para o pensamento de Hobbes é a reação a filosofia escolástica e seu apreço pela autoridade religiosa – é importante atentar para o fato de Hobbes recusar a retórica de que o governante, o rei, era divinamente inspirado ou que tinha o direito divino de governar. Para ele disputas no campo da religião deveriam ficar fora do âmbito político. E, apesar de não ser ateu, era empirista e recusava fortemente afirmações sobre eventos e fenômenos sem fundamento empírico – deus dificilmente seria compreendido nesse plano de fundo como uma entidade imaterial. Para Hobbes, o soberano deveria determinar as formas apropriadas de culto religioso e os cidadãos não poderiam ter deveres para com Deus que sobrepujassem seus deveres para com a autoridade política.

Quanto a sua filosofia moral -> conectada a sua política. O que DEVEMOS fazer está sempre relacionado a como nos encontramos, qual a situação que enfrentamos. Se não há autoridade política (estado de natureza) nosso direito fundamental é nos manter vivos, por qualquer meio necessário. Quando a autoridade política existe nosso dever é simples: obedecer ao soberano.

Ética → natureza humana; → o que motiva as ações humanas? Boa parte dos intérpretes de Hobbes apontam para o interesse pessoal / egoísmo como a principal fonte de motivação para o agente. Passagens do Leviatã são relevantes aqui: homem age em nome de seu interesse em permanecer vivo e em insistir em um uso privado dos bens comuns. Apesar dessa passagem ser amplamente discutida e apontada como um sumário das ideias sobre Hobbes, alguns comentaristas apontam que é uma simplificação do pensamento do autor que abrange outras formas de motivação (vingança, pena, etc) que estão diretamente contra o posto acima. Para além disso, o próprio Hobbes apontava que nem sempre é inequívoco para nós sabermos quais são nossos interesses (alguns problemas surgem do fato de não termos completa consciência de qual nossos interesses privados são – muitas vezes estamos preocupados com o que os outros pensam, ou presos a perspectivas religiosas ou até mesmo inflamados por discursos de terceiros).

Para Hobbes somos vulneráveis e necessitados: somos facilmente levados pelas ideias de outras pessoas, temos muita dificuldade em perseguir nossa vontade de conhecer o mundo, nossa capacidade de raciocinar e de conhecer é frágil, somos propensos ao erro e ao engano, e a influência de outras pessoas, agimos por egoísmo, impulso ou ignorância – baseados numa teologia ruim, em discursos emotivos ou em dificuldades e erros no raciocínio.

Política → o que acontece quando humanos interagem? DADA A NOSSA NATUREZA, QUAL O DESTINO POLÍTICO DESSA CRIATURA PATÉTICA? Não podemos esperar felicidade, o que Hobbes aponta é que podemos atingir uma vida pacífica sob o jugo de um soberano forte e autoritário – que não precise explicar suas ações e políticas aos governados – é o melhor que podemos esperar. O pior cenário possível seria o que Hobbes chama de estado de natureza: um estado de violência, insegurança e ameaça constantes.

A alternativa ao soberano é algo que NINGUEM QUER. Qualquer tentativa de tornar o governante responsável por explicar e justificar suas ações resultaria num governo fraco e portanto em seu dissolvimento.

ESTADO DE NATUREZA → “início dos tempos” , “povos primitivos”(sic), “Inglaterra de Hobbes ameaçada pela Guerra civil”

LEVIATÃ (1651) → corpo humano é como uma maquina e a organização política é um ser humano artificial : é necessário que exista uma “cabeça” que comande o que o corpo deve fazer; A autoridade do ESTADO é artificial – unica autoridade natural é a mãe – mas é necessaria porque todos os adultos tem o mesmo poder: o poder de acabar com a vida de outros (seja pela força, pela astúcia, pela capacidade de eloquencia)

PORQUE A COOPERAÇÃO PACÍFICA É IMPOSSÍVEL SEM O SOBERANO?

(I) sem ele, competiríamos de maneira violenta para assegurar as nossas necessidades básicas e talvez por maiores ganhos materiais.

(II) sem ele, ameaçaríamos uns aos outros e lutaríamos com medo de termos nossa vida ceifada

(III) sem ele, buscaríamos criar uma reputação em busca dos efeitos protetivos.

Isso se dá não porque todos os seres humanos são maus, mas porque alguns o são e a maldade deles compele os demais a se previnirem.

Porém alguém podia afirmar, que mesmo que não haja um governo que promova os critérios de leis, juízos e punição, não será verdade que a maioria das pessoas tem um sentido razoavel do que é certo e errado, que impediria o tipo de quebra de contrato e insegurança generalizada com que Hobbes se preocupa?

LOCKE

→ empirismo britânico, ensaio sobre o entendimento humano, e filosofia política.

→ dois tratados sobre o governo (1689): o Primeiro Tratado é mais histórico – e é uma crítica a produção de um autor chamado Robert Filmer que defendia o direito divino do rei ; Para Filmer, deus deu um domínio a Adão e esse passou de pai para filho, de maneira que o rei seria o justo herdeiro de Adão. Locke aponta uma série de fatos históricos para recusar a argumentação de Filmer e aproveita para discutir os tipos possíveis de domínios. O Segundo Tratado é o mais influente no campo da filosofia. Nele Locke se depara com a pergunta sobre a origem do governo – aqui também a tensão com Filmer aparece. Para ele, os humanos sempre tiveram sujeitos a algum tipo de soberano, já para Locke, os humanos estiveram por um tempo sujeitos ao estado de natureza – um momento apolítico (no sentido de não existir poder concentrado) no qual todas as pessoas tinham todos os seus direitos naturais intocados. Tais direitos (o direito a preservar sua própria vida, o direito a reivindicar bens sem dono) foram dados por deus. Mas o estado de natureza era instável e a morte era uma ameaça, e principalmente, não havia modo de mediar os conflitos de maneira justa, portanto os indivíduos resolveram estabelecer um contrato social, abrindo mão da liberdade em nome da segurança.

ESTADO É UMA CRIAÇÃO da comunidade humana. Isso significa que o soberano tem a obrigação de ser atento as necessidades e vontades de seus cidadãos. Além disso, o contrato se assenta no fato dos cidadãos abrirem mão de alguns MAS NÃO DE TODOS os seus direitos, portanto o soberano não tem poder absoluto – é necessário que o cidadão tenha direitos e liberdades individuais. Caso o governante busque suplantar tais liberdades os cidadãos tem o direito de revoltar-se e substituí-lo por um soberano melhor em manter a ordem, respeitando os direitos individuais.

PROPRIEDADE PRIVADA: de acordo com Locke deus deu aos homens o mundo e seu conteúdo para que compartilhassem. Mas Locke acreditava que temos o direito de usufruir desses conteúdos de maneira privativa: adquirimos propriedade misturando nosso trabalho com algum recurso natural; ex: uvas numa

parreira (recurso), colher as uvas (trabalho), desfrutar das uvas (meu direito); árvores num local sem dono (recurso), cortá-las e utiliza-las para construir uma mesa (trabalho), ter uma mesa (minha posse, meu direito).

LIMITAÇÃO À PROPRIEDADE:

1- desperdício é vedado. Se os bens da terra foram dados por deus, desperdiçar seria um erro.

2- não devo esgotar um recurso, devo saber que outras pessoas podem precisar dele – não posso me apropriar de mais do que a minha parte.

→ tal visao parece não fazer sentido uma vez que introduzimos dinheiro nesse esquema. Acumulação de capital não parece se encaixar na ideia de desperdício – posso ter quanto dinheiro for, ele não apodrece se não for usado. Mas Locke acreditava que o governo deveria estabelecer leis rigorosas sobre aquisição e distribuição de propriedades, impedindo assim que a desigualdade de acesso a recursos fosse muito grande. Apesar de se dedicar bastante a discutir tais temas, sua visao sobre a propriedade no estado de natureza parece ter sido mais influente.

Premissas

Temática	Locke	Hobbes
Natureza Humana	Ser humano é por natureza um animal social.	Ser humano não é por natureza um animal social, a sociedade só existe devido ao poder do Estado.
Estado de Natureza	No Estado de Natureza, a maioria dos seres humanos mantém suas promessas e honram suas obrigações, e apesar de inseguro, o e. n é pacífico, bom e agradável. Qualquer lugar no qual é socialmente aceitável para um indivíduo punir por si mesmo as ofensas feitas contra ele está em estado de natureza. Tal estado é inseguro, mas conflitos violentos são frequentemente resolvidos pela punição dos malfeitores e a paz é a norma.	Não há sociedade; e o que é pior, todos estão submetidos a medo e risco de morte violentos e contínuos; a vida dos seres humanos é solitária, ruim, pobre, brutal e curta.
Conhecimento sobre a lei natural	Humanos sabem o que é certo e o que é errado e são capazes de saber suficientemente o que está de acordo ou contra a lei de maneira a resolver os conflitos. Em particular, são capazes de apontar a diferença entre o que é seu e o que pertence a outrem. Infelizmente, nem sempre eles agem de acordo com esse conhecimento.	Nosso conhecimento de verdades objetivas é fraco e ruim. No e.n as pessoas não sabem distinguir o que é delas e o que é dos outros. Propriedade só existe de acordo com a vontade do soberano, por isso no e.n os homens são condenados a conflitos sem fim. Na prática a moralidade é meramente um comando cri-

		por alguém.
Conflito	Paz é a norma, e deve ser a norma. Podemos e devemos viver juntos em paz, respeitando a propriedade e o direito a vida dos outros. Na maioria das vezes é o que fazemos.	Seres humanos não podem distinguir o bom do mau, e por isso, só podem viver juntos se estiverem submetidos ao poder absoluto de um soberano, e por isso mesmo não é possível haver paz entre reis. Paz entre Estados é simplesmente uma Guerra disfarçada.

Conclusões

Temáticas	Locke	Hobbes
Contrato Social	Abrimos mão de punir nossos ofensores nós mesmos em troca de uma justiça imparcial que se fundamenta no monopólio da força. Mantemos nosso direito a vida e a nossa liberdade, e ganhamos o direito a proteção justa e imparcial de nossa propriedade.	Se você segue os mandos do soberano você terá o direito de não morrer, porém o soberano tem direito inclusive de acabar com vidas se isso for relevante para o governo.
Violação do Contrato Social	Se um soberano busca poder absoluto, se ele age como juiz e parte nas disputas, ele coloca-se em estado de Guerra com seus súditos e esses tem o direito e o DEVER de matar tal soberano e aqueles que o servem.	Não há direito a rebelião. Nada constitui violação do contrato por parte do soberano; A vontade do governante define o que é bom e mal para os cidadãos; ele não pode fazer algo errado, porque os critérios de certo, errado, legal e ilegal são definidos por ele.

Sociedade Civil	A sociedade civil precede o Estado, moralmente e historicamente. A sociedade cria ordem e garante a legitimidade do Estado.	A sociedade civil é uma criação do Estado.
Direitos	Humanos tem direitos por natureza	Você cede seus direitos ao soberano, em troca da sua vida.
Papel do Estado	O único papel importante do Estado é garantir que a justiça seja feita.	Qualquer coisa que o Estado faz é justa por definição. Tudo na sociedade é uma criação direta do Estado, reflexo da vontade do governante.
Uso autorizado da força	Autorização não tem sentido, mas ela nos dá razão para acreditar que o uso da força é justo. Se a autorização não nos dá tal confiança, seja porque o Estado é uma parte na disputa, ou porque os atos e abusos passados por parte do Estado, então estamos de volta ao estado de natureza.	O conceito do uso justo da força é sem sentido e não pode ser conhecido. O uso justo da força é qualquer força que seja autorizada.

ROUSSEAU (1712-1778)

Principais obras:

- Discurso sobre a origem da desigualdade
- O Contrato Social
- Emílio, ou da educação

Rousseau teve uma formação em música e chegou a escrever uma ópera. Passou a discutir temas em filosofia por um convite dos enciclopedistas Diderot e D'Alembert. Para a enciclopédia, Rousseau escreveu o Discurso sobre as ciências e as artes – nesse texto Rousseau defende que o progresso das ciências e artes se liga a corrupção da virtude e da moralidade humana, para ele as artes e ciências nascem dos nossos vícios. Gerou bastante controvérsia e foi amplamente lido. Anos depois ele escreveu o Discurso sobre a origem da desigualdade, texto que aprofunda questões já tratadas no primeiro discurso. Rousseau foi expulso da França por suas duras críticas à religião e à cultura vigente, morou um ano em terras inglesas a convite de David Hume, com quem teve desavenças. Teve de voltar para uma região erma de seu país, sob um outro nome.

- É Rousseau um autor iluminista?
Pelo momento histórico no qual produziu, século XVIII, sim. Porém, alguns ideais dele podem ser classificados como anti-iluministas (especialmente sua reflexão sobre o progresso). Podemos dizer que um filósofo iluminista é aquele que busca um fundamento para a filosofia que seja independente de qualquer tradição ou cultura; um fundamento que toda pessoa racional (ou seja, no pleno uso de suas faculdades intelectuais) pode apreciar. Apesar dessas reflexões surgirem na EPISTEMOLOGIA, os filósofos dessa época tentaram aplicar o mesmo princípio à ética e à filosofia política.
- Estado de Natureza como experiência de pensamento
Imagine os seres humanos tal como são hoje em dia. Agora tire deles todo e qualquer atributo que seja resultado da convenção social ou socialização: aí você tem o estado de natureza. Os filósofos que buscaram esse “experimento” tinham como objetivo compreender aquelas características da humanidade que fossem universais e imutáveis. Se pudessem conhecer a VERDADEIRA natureza humana, poderiam definir qual a melhor forma de governo: a mais efetiva e a mais legítima.
- Rousseau apresenta duas teorias distintas do contrato social, a primeira (sua visão naturalizada do contrato) no discurso sobre a origem da desigualdade e a segunda no Contrato social, normativa, idealizada.

- No ***Discurso sobre a origem da desigualdade*** Rousseau busca responder a questão: “qual a origem da desigualdade entre os homens (sic)? Ela é autorizada pela lei natural?” Nesse livro, apesar de desenvolver um argumento similar ao de Hobbes, Rousseau aponta que a noção que Hobbes desenvolve sobre o estado de natureza é falsa: Hobbes apenas teria pegado a sociedade civilizada e removido o estado, a tecnologia e as leis. Sua noção de estado de natureza – do contínuo estado de guerra – comporta a noção de que os homens teriam um pensamento refinado que incluiria o senso de propriedade, a habilidade de calcular o futuro, reconhecimento imediato de outros humanos como ameaças potenciais e possivelmente habilidades lingüísticas mínimas. Para Rousseau, essas qualidades NÃO SÃO NATURAIS, são produtos históricos. Em contraste com Hobbes, Rousseau apresenta o homem natural como tímido, isolado, pacífico, mudo e sem a capacidade de prever o futuro. Para Rousseau, Hobbes está duplamente enganado por propor que o instinto de auto-preservação é a única força que move o humano no estado de natureza, Rousseau modula tal instinto com a noção da piedade. Todos temos uma profunda repugnância de ver um semelhante sofrer. Somos bastante similares a outros animais, mas somos capaz de raciocinar e somos agentes livres. É importante notar que NO ESTADO DE NATUREZA, A RAZÃO NÃO ESTÁ COMPLETAMENTE DESENVOLVIDA: mas é a faculdade que permite a passagem do estado de natureza para o estado de sociedade civilizada. Os humanos puderam se desenvolver porque houve uma circunstancia que desengatilhou a razão.
- Da mesma forma que Hobbes tem sido resumido na frase: “o homem é o lobo do homem”, Rousseau tem sido resumido como o proponente da idéia do “bom selvagem”: o ser humano no estado de natureza seria bom, ainda mais se contraposto ao humano organizado em sociedade – cheio de vícios e distante de sua natureza. Porém é preciso notar que seres humanos no estado de natureza são criaturas amorais, nem virtuosos e nem cheios de vícios. Uma vez abandonado o estado de natureza, seres humanos podem desfrutar de uma forma mais elevada de bondade, a bondade moral, possível apenas depois do contrato social.
- Para Rousseau, uma série de eventos tomaram parte para que a passagem para a sociedade fosse possível e ele descreve esses estágios de complexificação das relações humanos no segundo discurso:
 - 1- estado de natureza;
 - 2- a formação de grupos temporários para resolução de tarefas pontuais (como caçar, por exemplo) – inclui o desenvolvimento de capacidades lingüísticas rudimentares;
 - 3- grupos mais fortes se formam: família- propriedade, orgulho e competição são noções que aparecem nesse estágio, mas pouco desenvolvidas e por isso não gerariam os problemas que geram em nossa sociedade – qualquer pessoa poderia desempenhar qualquer trabalho necessário;
 - 4- agricultura e metalurgia são descobertos -> divisão do trabalho devido às aptidões geram, posteriormente, a divisão entre classes sociais, com uma noção forte de propriedade. Isso gera conflitos que desembocam no estado de guerra (bastante

similar ao descrito por Hobbes). Assim, aqueles que possuem mais (e portanto correm mais riscos) convidam os demais para assinarem um contrato social que garanta a proteção de todos. O contrato é uma armadilha, então: é o jeito que os que detem o poder acharam para convencer aos despossuídos que é do interesse deles aceitar a situação. “todos correram ao encontro de suas correntes, acreditando que elas iriam assegurar sua liberdade, apesar de terem razão suficiente para perceber as desvantagens do estabelecimento da política, eles não tinham experiência o suficiente para prever seus perigos”(Segundo Discurso vol II p54) – contrato social naturalizado.

- ***Do Contrato Social*** – é uma obra mais filosófica e ele amplia a tese dos discursos. “o homem nasce livre, mas em todo lugar se encontra em grilhões” – Rousseau abandona o trabalho descritivo dos tratados, para apresentar uma visão prescritiva: como o mundo poderia ser? Explora a potencialidade de se mover do contrato especial para um contrato legítimo. Nele, Rousseau desenvolve a idéia normativa de contrato social: um versão do contrato que visa remediar os problemas causados pela ascensão da sociedade organizada.
- Humanos são essencialmente livre e vivem no Estado de Natureza, mas o progresso da civilização substitui essa liberdade por subserviência a outros, através da dependência, das desigualdades econômicas e sociais de maneira que nós nos julgamos em comparação com outros. Uma vez que é impossível e indesejável retornar ao estado de natureza, o propósito da política e restaurar a liberdade para nós. Como podemos permanecer livres e vivermos juntos? Como viver juntos sem sucumbir à força e coerção dos outros? Podemos fazê-lo, submetendo nossas vontades particulares à vontade geral, que surge do acordo com outras pessoas livres e iguais. Como em Hobbes e Locke e em contraste com os filósofos antigos, todos os homens nascem iguais e por isso ninguém tem o direito natural a soberania, a autoridade justificada é aquela gerada por acordos ou consensos.
- O contrato social é o acordo de se juntarem e formarem um povo, uma coletividade, que é diferente de um mero aglomerado de interesses e vontades individuais. Da mesma forma que vontades individuais apontam para o interesse individual, a vontade geral uma vez formada, apontará para o bem comum, entendido e acordado coletivamente. Nessa versão do contrato social aparece a idéia de deveres recíprocos: o soberano se compromete com o bem dos indivíduos e cada indivíduo se compromete com o bem do todo.
- Forma direta, e bastante forte de democracia: não posso transferir minha vontade para outro – como acontece na democracia representativa. A vontade geral depende de encontros periódicos do inteiro com o corpo democrático inteiro, todos os cidadãos, para que seja decidido coletivamente (beirando a unanimidade) que leis devem existir para regular a vida em conjunto.